

Fronteiras etnoreligiosas no Alto Império: Filo e o caso dos judeus alexandrinos

Enviado em:

10/06/2012

Aprovado em:

25/06/2012

Nicodemo Valim de Sena^{1*}

Graduando do curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

nicodemovs@hotmail.com

38

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo acerca do confronto entre gregos e judeus ocorrido na cidade de Alexandria durante o Alto Império. Para tanto, investigamos a organização social da cidade e as relações de poder entre os gregos e os judeus. Filo, em sua obra *Legatio ad Gaium*, descreve o reinado do imperador Calígula e as violências acometidas contra os judeus alexandrinos nesse período. Relata também a formação de uma embaixada representando os judeus, a qual foi enviada a Roma na tentativa de buscar a ajuda do imperador. O documento é contemporâneo ao conflito, estando o autor presente em muitos dos eventos relacionados. Assim, entendemos que o documento contém informações importantes sobre os levantes ocorridos em Alexandria.

Palavras chave

Alto Império; Alexandria; conflito

Abstract

This article aims to present a study about the confrontation between Greeks and Jews that took place in Alexandria during the Roman Empire. It is investigated the social organization of the city and the power relations between Greeks and Jews. Philo in his work *Legatio ad Gaium* describes the reign of Emperor Caligula and the violence raised against the Alexandrian Jews in this period. Philo also reports the formation of an embassy representing the Jews, which was sent to Rome in an attempt to seek help from the emperor. The document is contemporary to the conflict, as the author has testified many of the events, and so it contains important information about the uprisings that occurred in Alexandria.

Keywords

High Empire; Alexandria; conflict

1 * Membro do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR), sob a orientação do professor doutor Gilvan Ventura da Silva.

No final do primeiro século antes de Cristo a dispersão judaica já havia se concretizado. Esse processo teve início no século VI a.C. com a invasão de Nabucodonosor e a subsequente deportação dos judeus para a Babilônia, de onde nunca retornaram integralmente para sua pátria de origem. Os deslocamentos que se seguiram devido às novas conquistas do território palestino, somados às migrações voluntárias em busca de melhores oportunidades de vida, acabaram por resultar em, no século I, cerca de cinco ou seis milhões de judeus vivendo fora do seu território de origem, ou seja, na Diáspora (MEEKS, 1992: 59).

Um dos locais em que a presença judaica se manifestou com grande intensidade foi o Egito, principalmente na sua capital, Alexandria, cidade situada às margens do Mediterrâneo, mar que desempenha um duplo papel: o de obstáculo, pois exige das comunidades que o margeiam, o desenvolvimento de tecnologias para poderem superá-lo, atravessá-lo, obterem informações sobre suas dimensões, contatos, portos e abrigos; e o de via de integração, proporcionando velocidade aos percursos e expondo as várias comunidades de seu entorno a uma ampla gama de diferenças culturais, sociais e naturais. Dessa forma, o Mediterrâneo se configura em uma fronteira, um facilitador da integração (GUARINELLO, 2010: 10).

Alexandria, desde a sua fundação, possuía uma característica cosmopolita e o fluxo de diferentes povos para a cidade foi intenso e estimulado pelos soberanos Lágidas. Nessa multidão de povos, os relacionamentos de dois deles, grego e judeu, em momentos pacíficos, e em outros momentos conflitivos, caracterizam o eixo principal deste artigo. Gregos e judeus conviviam em Alexandria desde tempos que remontam a fundação da cidade e, embora possamos encontrar uma literatura antijudaica produzida por gregos e egípcios helenizados circulando na cidade a partir do século III a.C., este tipo de produção tinha um consumo restrito, tendo como público alvo uma pequena parcela elitizada da população. Uma maior radicalização do conflito com os judeus se dá a partir da incorporação de Alexandria por parte dos romanos e tem seu ápice no ataque implementado contra os judeus durante o governo de Calígula (37-41 d.C.).

Com Calígula a situação judaica fica bastante comprometida e os atos de violência proliferam. Durante essa época, Herodes Agripa, rei da Judéia, ao retornar de Roma, passa por Alexandria, sendo recebido com grande pompa e júbilo pelos judeus alexandrinos. Episódio que serviu para exacerbar a antiga hostilidade entre gregos e judeus, pois os gregos e os egípcios helenizados de Alexandria fizeram circular contra Herodes e seus correligionários toda espécie de sátiras e pilhérias. O problema se agrava, pois, Flaco, prefeito do Egito na ocasião, toma partido dos gregos e os ataques aos judeus se tornam mais violentos, sinagogas são destruídas, judeus são expulsos de suas casas, sendo muitos os torturados e mortos nesse período. Esses embates ficaram preservados na obra do autor judeu Filo de Alexandria. Escassas são as informações que temos a respeito da vida de

Filo, pois o mesmo falou pouco sobre si em suas obras. Flávio Josefo, autor judeu contemporâneo a Filo, faz uma breve descrição da pessoa de Filo como um homem de grande mérito e prestígio, não inexperiente em filosofia e irmão de Alexandre, o alabarca (JOSEFO, *Antiguidades judaicas*, XVIII, cap. X: 429). Contudo, por meio do contexto histórico em que Filo viveu e das informações sobre sua família, alguns comentários podem ser inferidos sobre o autor.

Filo de Alexandria foi um filósofo e historiador judeu que viveu na capital egípcia no início do século I d.C. Nascido por volta de 13 a.C., oriundo de uma família de alta posição e que possuía ligações com o poder imperial, é o representante mais conhecido da diáspora judaica. Suas obras foram preservadas e apropriadas por escritores cristãos que consideraram Filo como um dos precursores da teologia cristã. Filo deixou mais de cinquenta tratados em que trabalhou diversos temas, como legislação, teologia, questões filosóficas, científicas e históricas. Neste último domínio, foi dada atenção particular aos eventos do Império Romano, nos quais ele participou pessoalmente. Sobre suas obras históricas, duas se destacam: *In Flaccum* e *Legatio ad Gaium*. *In Flaccum* se divide em duas partes: na primeira, o autor descreve a má conduta de Flaco, prefeito de Alexandria, durante um período de grandes agitações sociais entre gregos e judeus; na segunda, Filo narra as desgraças que caíram sobre Flaco como castigo da justiça divina. A obra *Legatio ad Gaium*, por nós utilizada neste artigo, relata o período de governo de Calígula, os ataques sofridos pelos judeus alexandrinos e o envio de uma delegação judaica a Roma, da qual Filo era um dos líderes. Sabe-se do regresso de Filo à sua cidade de origem no final de 41 d.C., todavia a data de sua morte é incerta, acredita-se que ele tenha morrido por volta de 50 d.C.

40

Alexandria: uma cidade que se destaca

Alexandria foi fundada em 331 a. C.. Acredita-se que Alexandre, o Grande, teria escolhido o local devido às vantagens geográficas que permitiriam que a região prosperasse economicamente. Situava-se numa faixa de terra entre o lago Mareótis e o mar Mediterrâneo, no ângulo esquerdo do delta. A cidade antiga é mal conhecida, sabe-se que tinha uma forma alongada e que seu perímetro somava mais de 15 km. O plano desenhado por Deinocratis é hipodâmico.² Duas vias principais de grande largura (30m) cortam-se em ângulos retos. A cidade foi dividida em cinco bairros, que tinham o nome das cinco primeiras letras do alfabeto grego. O bairro mais antigo era Racotes, antiga aldeia de pescadores, local

2 No decorrer do século IV, certas cidades da Costa da Ásia Menor presenciaram o desenvolvimento de um urbanismo herdado do modelo elaborado no século V pelo célebre arquiteto Hipodamos de Mileto. “Alexandre inspirou-se nesses modelos urbanos quando decidiu fundar, no Egito uma cidade que teria o seu nome” (MOSSÉ, 2004: 153).

onde as ruas eram mais estreitas e que era ocupado por egípcios. Os demais bairros eram ocupados por indivíduos de diversas etnias, sobretudo macedônios, gregos e judeus (LEVÊQUE, 1967: 433-434). Apesar da posição geográfica privilegiada, é pouco provável que seus fundadores tivessem ideia do que Alexandria viria a se tornar posteriormente. A cidade só se torna capital do reino três anos após a morte de Alexandre (320 a.C), quando o primeiro Ptolomeu, um dos mais influentes generais de Alexandre, herda o Egito na divisão dos territórios helenísticos e resolve transferir todo o aparato burocrático de Mênfis, até então a capital, para Alexandria (CLÍMACO, 2007: 17).

Pierre Levêque (1967: 435) elenca três fatores que explicariam o desenvolvimento de Alexandria:

- 1- A cidade ter se tornado o centro político do reino Lágida, abrigo de uma enorme burocracia que administra o Egito;
- 2- Ser ela o único porto verdadeiro do Egito sobre o Mediterrâneo, portanto, a única ligação com os outros reinos helenísticos e mais tarde com Roma;
- 3- Alexandria é um dos centros culturais mais vivos do mundo grego.

Uma das primeiras mudanças realizadas pelos Ptolomeus foi o fortalecimento de uma economia monetária, pois o dinheiro era fator essencial para estruturar o reino, manter exército e burocracia e, embora a moeda não fosse desconhecida no Egito, o comércio se fazia quase todo à base de troca. Para mudar esse sistema de trocas era necessário colocar ouro em circulação e, para tanto, a necessidade de ativar a produção de mercadorias que encontrassem fácil aceitação no mercado externo. Isso só poderia ser feito com o auxílio de estrangeiros acostumados à economia monetária e habituados ao comércio do mundo mediterrâneo. Assim, tornou-se necessário não apenas a admissão de estrangeiros no país, feita em larga escala, mas também a absorção desses estrangeiros, assegurando-lhes condições favoráveis de trabalho para que pudessem ativar melhor a máquina econômica tradicional do Egito que, apesar das potencialidades, falhava por causa da lentidão e fraco rendimento (PINSKY, 1971: 71).

Uma das instituições mais interessantes adotada pelos Ptolomeus é a cleruquia,³ destinada a fixar na terra os mercenários, atribuindo-lhes um lote da mesma. Dessa forma, durante o período de inatividade militar, os mercenários explorariam a terra, e os rendimentos alcançados por eles substituiriam o soldo, livrando o Soberano de um peso morto. Outra vantagem seria a constituição de um exército hereditário, o que acabaria com o problema de recrutamento de novos

3 Cleruquia, *cléros*, sorteio, lote de terras que variavam de 6 a 25 hectares que eram cedidos aos militares para exploração.

mercenários. É importante ressaltar que as terras pertenciam ao rei e poderiam ser revogadas a qualquer momento (LEVÊQUE, 1967: 453).

A importância alcançada pelo Egito no comércio reflete um pouco do esforço dos Lágidas em desenvolver toda uma infraestrutura, indo desde o aumento da produtividade, passando pelas melhorias feitas para facilitar o escoamento da produção (abertura de estradas, alargamento de canais, manutenção de portos), somado à posição geográfica favorável, que coloca Alexandria como ponto terminal do comércio oriundo do Oriente, através do Egito e ponto inicial do comércio mediterrâneo, além do fato de que declínio comercial da Grécia, que desde o século IV a.C., fazia com que Atenas perdesse importância no comércio mediterrâneo (PINSKY, 1971: 79-80).

Outra área a que os Ptolomeus dedicaram muita atenção foi o campo cultural, tendo por expoentes a Biblioteca e o Museu. Grande parte do reconhecimento alcançado por Alexandria se deve à existência dessas duas instituições. Suntuosos investimentos foram destinados às duas construções no intuito de tornar Alexandria a capital cultural do Mediterrâneo. Por meio da compra de manuscritos originais ou de empréstimos para produção de cópias, reuniu-se ali não só toda a produção grega, mas também a tradução para o grego da literatura de outros povos. A cultura grega revestia-se de duas características principais, desafiava os modos de vida estrangeiro e convidava-os ao diálogo e conhecimento recíproco. O limite mais relevante à curiosidade grega era o lingüístico: os gregos dificilmente estavam dispostos a se esforçar para aprender uma língua estrangeira, daí a importância dessas traduções (MOMIGLIANO, 1998: 366).

Alexandria buscou reunir nessas duas instituições todo o conhecimento do mundo habitado. Com a cópia, revisão e editoração da sabedoria mundial, aconteceu um rápido acúmulo de manuscritos de todo o Mediterrâneo. Para os sábios vindos de várias regiões, Alexandria representava o papel de uma ilha de segurança e paz, na qual podiam desempenhar seu trabalho tranquilamente (PINSKY, 1971: 86).

Sobre a organização política da cidade, os Lágidas se apropriaram de uma tradição burocrática bastante antiga, na qual efetuaram apenas um processo de reinvestimento, superpondo aos antigos administradores locais, nomos, toparquias, *Kônai* (províncias, distritos, povoados), os administradores recrutados, sobretudo, os gregos e os macedônios, assunto que trataremos mais adiante (MOSSÉ, 2004: 157).

Alexandria, durante o período helenístico, alcançou grande destaque nos campos econômico, político, social e cultural, atraindo pessoas de várias regiões. A composição populacional de Alexandria a caracteriza como um “mosaico Cultural”, pois diferentes povos trouxeram para a cidade diferentes culturas, religiões, línguas e valores (CLÍMACO, 2007: 18). Os diversos povos que compunham o quadro social de Alexandria, normalmente se organizavam em *politeuma*, uma

corporação cívica, semiautônoma, separada, que tinha seu próprio conselho exercendo poder administrativo e judicial sobre os seus membros. A cidade tornou-se um emaranhado de *politeumata*, tendo por base as mais diversas etnias, como persas, judeus, misios, trácios, cilícios e idumeus, sendo o *politeuma* grego o mais importante dentre eles. Seria errado falar em um *politeuma* que abarcasse todos os gregos, pois existiam *politeumata* de acordo com a origem dos cidadãos: cretenses, beócios, aqueus e principalmente macedônios (QUARANTA, 2009: 66).

Os gregos em Alexandria

A chegada de Alexandre no Egito formaliza os já antigos contatos entre gregos e egípcios. Já no séc. VIII a.C., os gregos fundam uma cidade em Neucratis, às margens de uma das bocas do Nilo. Soldados gregos vinham sendo empregados como mercenários pelos egípcios na luta contra Ciro desde o séc. VII a.C.. O que muda com a conquista de Alexandre é que os gregos que habitavam a região servindo como militares e comerciantes e se consideravam estrangeiros, agora, devido ao fato de o Egito passar a ser visto como parte do mundo grego, vêem essa região como uma terra de oportunidades (CLÍMACO, 2007: 16)

Para os gregos, a abertura do Egito representa a saída de uma grave crise econômica caracterizada pela escassez de alimentos e pelo alto crescimento demográfico, que repercutia no crescimento da massa de proletariados, imensa e miserável, a qual competia com o trabalho escravo e buscava a abolição de dívidas e a divisão de terras detidas pelo setor rico da população. Tal setor, realizava altos investimentos em terras, fomentando assim uma crise agrária por toda Grécia Setentrional, Central e no Peloponeso, desde que terrenos férteis voltavam a ser baldios. A queda do valor dos salários e o pouco avanço nas exportações de vinho e azeite, produção com que a Magna Grécia passou a concorrer, e a modesta sobrevivência do artesanato de luxo em Atenas e Corinto, geravam um palco favorável para a revolta, para o banditismo e para a pirataria, daí a emigração para o Oriente se tornar uma solução convidativa (QUARANTA, 2009: 62). A solução encontrada foi a saída do país, representada no alistamento como mercenários, para os mais pobres, e em novos horizontes comerciais para os mais ricos (PINSKY, 1971: 61).

No século III a. C., Alexandria presenciou uma intensa imigração de gregos, provenientes da Grécia, principalmente de Samos, Rodes, Cirene e Atenas, mas também da Trácia, Ilhas do Egeu e cidades gregas da Ásia Menor (CLÍMACO, 2007: 18). Uma cidade do porte de Alexandria que, desde cedo, devido a vários fatores já tratados (posição geográfica, investimentos, construções), alcançou grande destaque econômico e cultural, atraiu uma grande quantidade de pequenos comerciantes e artesãos gregos, pessoas que chegavam para melhorar de vida,

conservando seus valores culturais e, mantendo uma posição de domínio e destaque em relação ao nativo. Ao lado dessa grande maioria mediana e baixa de gregos, outro grupo social, composto de gregos de grande poder econômico, tomava destaque: os grandes comerciantes e industriais, elementos de grande importância e ajuda para o rei, pois assumiam e diminuíaam os riscos do soberano em um território que há pouco passou para a economia plenamente monetária (QUARANTA, 2009: 63).

Embora os gregos tenham se espalhado por todo o Egito ptolomaico e por todas as regiões estrangeiras dominadas pelos Lágidas, foi na capital, com sua grande importância comercial, que se fixaram em maior número. Ali, além do comércio mediterrâneo e local e das indústrias, existia a carreira administrativa, função em que tiveram grande destaque e que ocuparam os mais altos escalões, pelo menos até o final do século II. Os gregos representavam um conjunto de funcionários ativos e disciplinados que daria base de apoio a Monarquia, somando lealdade à superioridade técnica, eles seriam utilizados nos principais cargos administrativos dos Lágidas. Nessa condição, as funções de destaque da sociedade alexandrina foram exercidas pelos gregos, pois atuaram como publicanos (função que também era exercida por outros povos, como os judeus), administradores de bancos, engenheiros, agrônomos, comerciantes, entre outros. Entretanto, também existiam gregos de baixíssimo nível econômico, ligados a serviços esporádicos ou ao pequeno comércio varejista, que não possuíam denominação civil, sendo difícil estabelecer suas origens e diversas atividades. Esses gregos de níveis sociais mais baixos aparecem normalmente mais próximos dos nativos e, de toda a comunidade grega, são os primeiros a se egipcianizarem, o que contribuiu para o enfraquecimento do domínio exclusivamente grego no Egito (QUARANTA, 2009: 64-65). Embora os gregos mais pobres, por suas características de vida e trabalho se aproximassem mais dos nativos, a mistura, a fusão de culturas parece ser inevitável e estava presente na sociedade como um todo. No Egito, os gregos fazem-se mumificar e enterrar com os livros dos mortos, o sistema de pesos e medidas e o calendário faraônico impõe-se à administração Lágida (LEVÊQUE, 1967: 449).

A cidade de Alexandria foi organizada no sistema grego de tribos e demos e possuía diversas instituições tipicamente gregas, como o Ginásio, a *efebéia*,⁴ banhos, teatros, uma assembleia e *gerousia*.⁵ Provavelmente tenha existido a *Boulé*,⁶ que foi perdida no decorrer do tempo. Tais instituições eram fontes de grande autonomia cívica e a cultura grega também se manifestava nas tradições e em diversos níveis

4 *Efebéia, éfebos*, “jovem”, “efebo” uma instituição militar, forma de dar uma iniciação cívica, moral e religiosas aos deveres e direitos do cidadão.

5 *Gerousia*: conselho de anciãos.

6 *Boulé* era uma assembleia restrita aos cidadãos encarregados de deliberar sobre os assuntos correntes da cidade.

do seu cotidiano. Ao se tratar a questão da autonomia de Alexandria para questões locais, a discussão a respeito da *Boulé* é um dos pontos que mais gera discórdias na historiografia sobre a cidade. As discussões situam-se ao redor da questão, de que se a cidade teria recebido a *Boulé* no período ptolomaico, quais seriam os motivos de sua perda, pois as outras cidades gregas do período dispunham da mesma, fato que sugere que Alexandria também a teria recebido de Alexandre na sua fundação (CLÍMACO, 2007: 21-38). Levêque (1967: 434) afirma que a *Boulé* teria sido criada por Alexandre e suprimida pouco tempo depois, no período ptolomaico, apesar de não se saber o motivo de sua perda. Autores como Bowman e Rathbone (1992: 115) dão a entender que a ausência da *Boulé* causou um vácuo de poder em Alexandria e isso permitiu que a elite alexandrina do Ginásio conquistasse grande destaque no cenário cultural, social e político.

O Ginásio foi uma instituição comum às comunidades gregas a partir do século III a.C. e representava o maior centro da vida cívica e de formação intelectual grega, além do maior centro de valorização dessa cultura. Os Ginásios se configuravam como espaço de comunicação, integração e interação social (LESSA; CODEÇO, 2011: 39-40). Durante o período helenístico, o sistema de treinamento grego de Alexandria, tanto no aspecto intelectual quanto no físico, estava centrado no Ginásio e o acesso à instituição era aberto aos indivíduos helenizados da cidade, inclusive aqueles que não possuíam a cidadania hereditária. Até mesmo judeus influentes na sociedade frequentaram o Ginásio (SELVATICI, 2006: 138). A importância do Ginásio era tanta que o treinamento nele e na *efebéia* era um dos critérios essenciais para a obtenção da cidadania alexandrina (CLÍMACO, 2007: 40). Os ginásios, embora protegidos e supervisionados pelo rei, eram fundados por particulares, que os mantinham através de contribuições. O líder da instituição, o ginasiarca, era escolhido entre os cidadãos mais ricos, que poderiam subsidiar e dirigir os ginásios com recursos próprios. O acesso às magistraturas advindas do Ginásio representava uma oportunidade de ascensão social garantida apenas aos gregos. Estes tinham grande importância na sociedade alexandrina, possuíam seus juízes especiais, os *chrematistai*, podiam possuir propriedades e receber rendas, atuar em assuntos financeiros, dirigir indústrias, estavam isentos de trabalhos braçais ou de sofrerem algumas taxações, ou até mesmo do trabalho forçado, de que o nativo nunca se livrara. Apesar de toda essa liberdade, evitavam atritos com o rei, pois os privilégios não constituíam direitos plenos, mas sim favores concedidos pelo monarca, podendo ser suprimidos a qualquer momento (QUARANTA, 2009: 66-67).

Os judeus em Alexandria

A presença judaica em Alexandria remonta aos tempos de fundação da cidade. Diversos foram os fatores que corroboraram para a entrada maciça de judeus

na cidade, mas se sobressaem as questões de cunho político, militar e econômico. Após a morte de Alexandre, a Palestina passa a ser disputada por seus generais, gerando um clima de instabilidade e segurança, forçando assim a movimentação populacional. A Coele-Síria foi anexada pelos Ptolomeus, fato que facilitava o movimento de judeus e egípcios entre as regiões. A vinda de diversos povos para Alexandria de certa forma era incentivada pelas políticas ptolomaicas, sobretudo nas questões culturais, área em que os Ptolomeus estavam mais abertos ao diálogo que os Selêucidas, contribuindo dessa forma para a imigração de muitos judeus para o Egito, sobretudo durante a Revolta dos Macabeus. Ocorreram também, imigrações voluntárias em busca de oportunidades econômicas mais relevantes do que as oferecidas pelo espaço e riqueza limitados da Palestina. Flávio Josefo dá um parecer favorável aos judeus ao relatar que os mesmos chegaram a Alexandria engrossando as fileiras do exército macedônico (*A.J.*, XI, cap. VII: 274), e que foram instalados na cidade por Alexandre em igualdade de direitos com os macedônios (JOSEFO, *Contra Ápio* II, cap. II: 728). Porém, é mais plausível que a maior parte dos judeus que residiam em Alexandria no seu período inicial, o faziam na condição de escravos, pois o próprio Josefo ao narrar às benesses de Ptolomeu Filadelfo (283-246 a.C.), segundo rei Ptolomaico a governar o Egito, em relação ao povo judaico, fala da libertação de 120.000 judeus que estavam na condição de cativos em seu reino (*A.J.*, XII, cap. II: 276).

O número de judeus residentes na Diáspora no século I d. C., atingia a cifra de milhões, sendo a população judaica mais expressiva nas cidades de maior porte que margeavam o Mediterrâneo, chegando a representar de 10 a 15 por cento da população dessas cidades, sendo que em Alexandria essa cifra era ainda maior (MEEKS, 1992: 59). Grosso modo, os judeus se estabeleceram bem em Alexandria, adotando a língua e a indumentária da cidade, alguns mais desenvolvidos, chegavam mesmo a helenizar ou latinizar os nomes (POLIAKOV, 1979: 6; MOMIGLIANO, 1998: 363-364). Os judeus possuíam também um bom relacionamento com os reis Ptolomeus, fato que contribuiu para que a população judaica gozasse de uma notável autonomia em solo alexandrino, se organizando em *politeuma*, constituindo bairros, mantendo suas tradições e atuando nas mais variadas atividades econômicas, como agricultura, artesanato, comércio, administração pública, participação no exército e mais raramente exercendo a atividade de prestamistas (CLÍMACO, 2007: 19; SELVATICI, 2006: 177; MOMIGLIANO, 1998: 365; PINSKY, 1971: 97-109; POLIAKOV, 1979: 5).

A chegada de um novo senhor e o exacerbar dos conflitos entre gregos e judeus

Roma incorpora o Egito em 31 a.C., mas o contato entre os dois países vinha ocorrendo desde o século III a.C., através de relações comerciais e diplomáticas.

Em 273 a.C., o senado confere a Ptolomeu II, a *amicitia* romana. A chegada de Augusto no Egito representa o fim da era ptolomaica e formaliza seu papel de liderança única do Império, com sua vitória sobre Marco Antônio.⁷ O Egito agora deixa de ser um território autossuficiente na economia e se torna tributariamente dependente de Roma, dessa forma, Alexandria, que havia sido a capital financeira e cultural do Mediterrâneo, se torna capital de província (FAIA, 2010: 13-14).

O Egito se constituía em uma província muito peculiar para o Império Romano, fato esse que fez com que Augusto, destinasse a ele, uma política distinta das que destinaria as demais províncias. Vários fatores podem ser elencados como particularidades do território egípcio, sendo o primeiro sua importância econômica, uma vez que o país era o maior produtor de cereais (especialmente trigo) do Mediterrâneo, sendo a maior parte da sua produção destinada a Roma. Apesar da complexidade da organização política e social do período imperial e do grande desenvolvimento do comércio e da produção de mercadorias, Roma era um Estado essencialmente agrário. A agricultura representava a fonte de riquezas de grande parte da elite romana e era fundamental no abastecimento das cidades, daí a importância de uma província com tamanha produção agrícola (ALFÖLDY, 1989: 114). Outras especificidades eram sua grandeza cultural e grande organização urbana, que causavam grande admiração nos romanos (CLÍMACO, 2007: 31).

Jones (1968: 64) considera que a peculiaridade no tratamento de Augusto em relação ao Egito passa por questões de estratégia política e militar, pois o Egito além de sua grande importância econômica era protegido por desertos, o que dificultaria manobras militares. Seriam esses os principais motivos de não se delegar a administração do território egípcio a um senador, que poderia representar um possível rival, ali seria necessário uma administração mais voltada para vínculos de submissão e confiança. No Egito, Augusto implementou algumas mudanças que demarcavam o domínio romano na região: nomeou um administrador para a província escolhido no *ordo equester*, que deveria residir na capital Alexandria e prestar contas ao Imperador frequentemente. O antigo exército foi dissolvido e substituído por legiões permanentes do exército romano (FAIA, 2010: 13). Augusto também proibiu a entrada de senadores romanos no Egito, mesmo que possuíssem propriedades na região. Dessa forma, todos os altos funcionários foram cavaleiros (MENDES, 2006: 32).

A nomeação de um prefeito ao invés de senadores seria uma estratégia política de Augusto para manter um maior controle nesse território tão importante para os romanos assim como para o próprio Augusto, visto ser o Egito uma

7 Batalha de Ácio, confronto ocorrido em 31 a.C., perto de *Actium* na Grécia, nessa batalha as forças de Otávio derrotam as forças de Marco Antônio.

província imperial e a maior parte das rendas do próprio Imperador.⁸ O prefeito era escolhido diretamente pelo Príncipe e representava o cargo mais elevado que se poderia alcançar na ordem equestre, sua autoridade dependia do tipo de relação de confiança que conseguia estabelecer com o Imperador. Normalmente o prefeito exercia seu poder durante três anos, e deveria ter o controle sobre todos os sistemas legais que conviviam no Egito, algo que dificilmente se concretizava devido à falta de conhecimento da região, daí a necessidade de um período de familiarização com a administração da província, no qual ele era auxiliado por oficiais nativos nos diversos encargos, fato que poderia favorecer a corrupção, pois muitos oficiais nativos se aproveitavam da inexperiência dos prefeitos, para conseguirem benefícios particulares. Mesmo estando sujeito à autoridade do Príncipe e de ter de contar com uma grande equipe de auxiliares em diferentes setores da administração, na prática o prefeito atuava com grande autonomia nos setores administrativo, financeiro, judicial e militar e representava uma autoridade sem equivalentes em outras províncias. Teoricamente o prefeito estaria constantemente relatando e consultando o soberano nos mais diversos assuntos, entretanto, pelo fato de ser a maior autoridade na região e de estar sempre presente, cabia ao prefeito julgar e decidir sobre conflitos e problemas, o que nem sempre era relatado aos príncipes, não sendo incomuns abusos de autoridade e até mesmo traição (CLÍMACO, 2007: 36-38).

48 Ao analisar os problemas de abusos de poder por parte de funcionários romanos, Sherwin-White (1968: 91) elenca como principal fator desses ocorridos, a distância do poder central em relação ao poder local. Segundo a autora, “o governo central dependia demasiadamente da honestidade e boa vontade de seus funcionários, e seus meios de dar força à sua vontade, a longa distância, eram bastante inadequados” (SHERWIN-WHITE, 1968: 91).

A questão judaica

Quando, sob César e Augusto, é imposta a dominação romana sobre o Mediterrâneo oriental, os romanos acabam por se envolver na questão do particularismo judaico, pois, diferente dos outros súditos do Império, os judeus apresentavam uma característica especial, a crença em um Deus único (POLIAKOV, 1979: 59). Os romanos de forma geral eram muito tolerantes no que dizia respeito ao universo das crenças religiosas, pois tinham por crença que

8 A partir do final do século III a.C., deu-se início as conquistas de terras fora da Península Itálica, essas regiões foram chamadas de províncias. No início do Império, existiam dois tipos de províncias: as senatoriais, com governadores apontados pelo Senado e sem tropas, e as imperiais, com administradores militares indicados pelo imperador. As províncias imperiais, com tropas romanas, geralmente estavam em áreas de fronteira ou ainda não pacificadas (FUNARI, 2006, p.91).

a prosperidade dos povos dependia diretamente do bom relacionamento com suas respectivas divindades protetoras. Dessa forma, os romanos adotaram em relação aos judeus a tolerância, mesmo diante da singularidade de seu culto (SHERWIN-WHITE, 1968: 101).

A organização religiosa judaica não diferia muito das demais organizações gentílicas, pois as sinagogas possuíam características semelhantes a das associações e grêmios, suas reuniões eram em locais específicos e tinham finalidades cúlticas e sociais, fato que somado a sua tradicionalidade, colaborou para sua perpetuação sob o governo romano (MEEKS, 1992: 60-61). O bom relacionamento dos judeus de forma geral e de seus representantes mais notáveis, como Herodes, o Grande, soberano da Judéia com Roma, contribuía em muito para a proteção dos judeus residentes na Diáspora. Na cidade de Alexandria, durante o período ptolomaico, os judeus eram influentes na economia e na política, tendo também participação ativa no exército do reino. Durante os quase trezentos anos em que os Ptolomeus reinaram sobre Alexandria e Egito, a comunidade judaica viveu em relativa paz, portanto não seria errado inferir, que as mudanças mais relevantes no relacionamento entre gregos e judeus podem ter sido influenciadas pela chegada dos romanos (FAIA, 2010: 13).

Os primeiros contatos dos judeus com os romanos em solo egípcio foram significativos para a manutenção de alguns dos antigos privilégios dos judeus em Alexandria. Os judeus não foram hostis aos romanos, apoiando-os antes mesmo da efetiva dominação em 31 a.C.. Josefo faz menção a dois encontros entre judeus e romanos em solo egípcio ainda no governo ptolomaico, em que os judeus tomaram medidas favoráveis aos romanos. O primeiro, ocorrido em 55 a.C., quando Gabínio, legado de Pompeu, faz uma investida militar contra o Egito, e consegue passagem pelo Pelúcio, local estratégico no Delta do Nilo e que estava sob defesa de uma guarnição judaica. Pompeu teria sido aconselhado por Herodes Antípatro, avô de Herodes, o Grande, a tomar esta decisão (*A.J.*, XIV, cap. XI: 328-329). O outro encontro se dá em 48/47 a. C., quando Julio Cesar se encontrava em guerra no Egito, Antípatro com esquadrões judaicos auxilia Mitrídates nas batalhas, sendo este auxílio decisivo nas vitórias de César (*A.J.*, XIV, cap. 14-15: 330-331).

Primeiramente César e depois Augusto, estabeleceram o judaísmo como *religio*, isto é, como um culto ancestral legítimo. As medidas adotadas por esses imperadores davam liberdade aos judeus para construir sinagogas, recolherem impostos para o Templo de Jerusalém, se reunirem no sábado para o culto e demais festividades judaicas, e solicitarem dispensa do serviço militar (FLANNERY, 1968: 38). Contudo, a política romana, implementada por Augusto, de reforçar o elemento grego e aliar-se a tais elites para consolidar suas conquistas, foi degradante para os judeus, fomentando conflitos na cidade de Alexandria (CLÍMACO, 2007: 47). Mudanças começaram a ocorrer na organização social da cidade, os romanos têm

a primazia, seguida pelos gregos e, por último, pelos demais povos, incluindo os judeus. Apesar de terem conseguido a isenção do culto imperial, os judeus perderam alguns direitos, como o de integrar o exército e o de atuarem como publicanos, atividades que passaram a ser exercidas pelos romanos e gregos. Os romanos instituem também um novo imposto, a laografia, que era cobrado apenas daqueles que não eram cidadãos. O estabelecimento desta tributação foi significativo para os judeus, pois além de representar um novo encargo econômico, igualava de certa forma os judeus aos estratos mais baixos da população, atingindo, sobretudo, aqueles judeus de condição social mais elevada e que visavam à ampliação dos seus direitos políticos (SELVATICI, 2006: 180).

Os relatos acerca do antijudaísmo nesse período são de duas naturezas: uns provêm de ataques literários de autores greco-latinos contra os judeus e seus marcos identitários, como religião, costumes e luta por cidadania, assunto tratado em publicação recente (SENA, 2012). Outros narram a existência concreta de entraves e registram reações hostis da população helênica de Alexandria contra os judeus, por isso elencamos a obra de Filo, autor judeu que abarca os aspectos do antijudaísmo acima mencionado.

Partindo da definição de conflito de Bobbio (1986: 225), que o analisa como uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que lutam entre si para obter o acesso e a distribuição de recursos escassos, como: poder, riqueza e prestígio e, nos valendo também dos estudos do sociólogo Norbert Elias (2000) para analisar a questão das relações de poder dentro de uma sociedade na qual encontramos vários agrupamentos sociais com marcas identitárias próprias, verificamos que sempre existirá um grupo em posição dominante (estabelecidos) que ditará as regras sociais, costumes e valores aos demais grupos (*outsiders*). Percebemos que esta situação se configura na sociedade alexandrina. Filo, ao relatar os ataques sofridos pelos judeus durante o governo de Calígula, deixa claro que a influência política dos gregos os beneficiou nesses ataques, uma vez que as autoridades legais da cidade, representada na figura do prefeito romano, Flaco, deixaram que o ato de violência acontecesse, pois:

Quando eles viram que o prefeito da província, que teria podido por fim em um só momento a insurreição, a autorizava fingindo ignorá-la, eles se tornaram ainda mais ousados em seus ataques (FILO, *Legatio ad Gaium*, cap. XX: 260).

Outro relato de Filo de que a ação dos gregos tinha conivência com as autoridades romanas locais está na menção que ele faz da expulsão dos judeus das suas residências, as quais foram saqueadas, não durante a noite, às escondidas, mas em plena luz do dia, com alarde, sem temor a castigos, por parte de alguma autoridade (*Legat*, cap. XVII: 258).

O fato de os judeus, apesar de já gozarem de direitos especiais e buscarem sempre ampliar esses direitos sem, no entanto, abrirem mão de suas características culturais, fomentava ainda mais a reação dos alexandrinos (aqui no sentido jurídico), de modo que eles aproveitam o grande valor que Calígula dava ao culto imperial e, sabendo que os judeus não podiam adorá-lo como deus, se valem deste momento para demonstrar sua cólera, nos dizeres de Filo:

Quando a aversão desse imperador contra os judeus chegou ao conhecimento dos habitantes de Alexandria que já há muitos anos os odiavam, eles consideraram que a ocasião era propícia alterando e confundindo a situação (*Legat*, cap. XVIII: 257).

Os judeus se adaptaram bem aos costumes gregos da cidade de Alexandria, alguns deles, de condições mais abastadas, frequentaram o Ginásio e tinham importância política e econômica na sociedade, a língua falada pelos judeus era a língua grega, a indumentária era comum, até os nomes eram latinizados ou helenizados. Observamos então que os grupos *outsiders* exercem pressões tácitas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, e que os grupos estabelecidos fazem a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais. Assim, chegamos a uma situação de conflito, na qual os estabelecidos se sentem compelidos a repelir aquilo que vivenciam como uma ameaça à sua superioridade por meio de um contra-ataque, de rejeições e humilhações contínuas ao outro grupo (ELIAS; SCOTSON, 2000: 37). Filo relata em sua obra a atuação de Helico, egípcio helenizado, chefe dos domésticos da Casa Imperial, que gozava de boa posição junto ao Imperador e que se aproveita dessa posição privilegiada para fazer contínuos ataques aos judeus. Filo dá voz aos pensamentos de Helico em sua obra, nos dizeres do autor:

Não tens necessidade de pores em aflição para encontrar um motivo, têm em mãos as acusações contra o povo judeu e seus costumes, o que aprendeste desde tua meninice, não somente de um homem, mas de quase todo povo de Alexandria (*Legat*, cap. XXVI: 266).

Os gregos procuraram destruir aquilo que acreditavam ser a base das organizações judaicas, a sinagoga, monumento que representava um espaço físico, delimitado, local de uso exclusivo dos judeus, identidade judaica construída em pedra no espaço da cidade, fazendo fronteira com as construções gentias. A sinagoga era o receptáculo da Torá e nela estavam guardados os registros documentais dos direitos e isenções alcançadas pelos judeus junto aos imperadores romanos, segundo Filo:

Reuniram-se em uma multidão numerosa, derrubaram as sinagogas, pois existiam muitas em cada bairro da cidade, [...] destruíram

completamente algumas dessas sinagogas, incendiaram outras, [...] esses incêndios destruíram os escudos e as espadas de ouro, com as inscrições com que os imperadores tinham honrado a virtude dos judeus e que deviam ser respeitadas (*Legat*, cap. XX: 260).

A tolerância só funciona de modo efetivo em relação à diferença em duas situações. A primeira delas é quando não existe a possibilidade de se eliminar fisicamente o outro, ou por dele dependermos, ou por não possuímos meios efetivos para erradicá-los. A segunda situação é quando desenvolvemos uma ética marcada pelo pluralismo, considerando a diversidade das experiências humanas como fator de constituição da vida em sociedade (SILVA, 2008: 10). Na ausência desses pressupostos a tolerância cede lugar à intolerância e os relatos de Filo acerca da violência e humilhação acometidas contra os judeus são grandes e vão desde saques

[...] se juntavam com outros para dividir o roubo e o faziam nas praças públicas, na presença daqueles que haviam sido despojados de seus bens, em meio a grande zombaria e injúrias em relação aos antigos donos (*Legat*, cap. XVIII: 257).

até confinamento e mortes violentas

52

Aqueles homens furiosos expulsaram os judeus com suas esposas e filhos de todos os pontos da cidade para encurralá-los como animais em um lugar tão reduzido como se fosse um estábulo [...] os queimavam vivos, uns na fogueira, que acendiam com lenha tirada dos navios e outros no meio da cidade de maneira mais cruel, porque esse fogo era feito com lenha muito úmida, produzia muito mais fumaça do que chamas. A muitos arrastavam vivos com cordas pelas ruas e praças públicas e se enfureciam de tal modo contra eles, que sua morte não lhes satisfazia à raiva e eles ainda os pisoteavam, despedaçavam-lhes os corpos, de modo que nada restava para ser sepultado (*Legat*, cap. XVIII-XIX: 258-259).

Na sociedade alexandrina, entendemos que os gregos cumpriam o papel dos estabelecidos pois, mesmo após a chegada dos romanos, a elite grega por meio de marcas que validam seu poder, como tradição, autoridade e influência, passa a controlar e tirar proveito de diversas instituições da sociedade. Dessa forma os gregos vão ditar as normas morais e sociais para os judeus (*outsiders*), ou seja, os que estão fora do *establishment* (boa sociedade), demarcando territórios e fronteiras. Essa situação só se torna possível em contextos em que determinado grupo dispõe de meios efetivos para impor suas práticas e crenças, desvalorizando as práticas e crenças alheias e nelas interferindo, por meios violentos ou não.

Referências Bibliográficas

Documentação primária impressa

FILO. *Legatio ad Gaium*. In: MARTÍN, J. P. *Filon de Alejandría*. Madrid: Trotta, 2009, p. 235 - 301.

JOSEFO, Flávio. *Antiguidades judaicas*. In: JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus*. Trad. Vicente Pedroso. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléia de Deus, 1992.

_____. *Contra Ápio*. In: JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus*. Trad. Vicente Pedroso. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléia de Deus, 1992.

Bibliografia instrumental

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: EDUNB, 1998.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

53

Obras de apoio

ALFÖLDY, G. *História social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

BOWMAN, A.K.; RATHBONE, D. Cities and administration in Roman Egypt. In: *The Journal of Roman Studies* 82, 1992, p.107-127.

CLÍMACO, Joana Campos. *Cultura e poder na Alexandria romana*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FAIA, Tatiana José Rodrigues. *Filon de Alexandria; Flaco: tradução, introdução e notas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos)-Departamento de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

FLANNERY, E. H. *A angústia dos judeus*. São Paulo: IBRASA, 1968.

FUNARI, P. P. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001, p.9-76.

GUARINELLO, N. L. *Identidades mediterrâneas*. In: I encontro do laboratório de estudos do império romano: regional Espírito Santo. Vitória, UFES, 2010.

JONES, A.H.M. A última crise: o Império Romano até seu declínio. In: BALSDON, J.P.V. (Org). *O mundo romano*. Trad. Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p.58-79.

LESSA, Fábio. S.; CODEÇO, Vanessa F. S. O ginásio como espaço de formação de cidadãos: as práticas esportivas na Grécia Antiga. *Phoînix*, Rio de Janeiro, Vol. 17, n. 2, p. 38-50, 2011.

LEVÊQUE, P. *A aventura grega*. Lisboa: Cosmos, 1967.

MEEKS, W. A. *Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

MENDES, Norma Musco. O sistema político do Principado. In: SILVA, G.V. e MENDES, N.M. (Org). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 21-51.

MOMIGLIANO, A. D. A cultura grega e os judeus. In: Finley, M. I. (org). *O Legado da Grécia uma nova avaliação*. Trad. Y. V. Pinto de Almeida. Brasília: ed. UnB, 1998, p.359-380.

MOSSÉ, C. *Alexandre, o Grande*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, p.121-159.

PINSKY, J. *Os judeus no Egito helenístico*. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1971.

POLIAKOV, L. *De Cristo aos judeus da corte*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

QUARANTA, E. A população grega em Alexandria no século III a. C. In: AVELINO, Y.D. *Polifonias da cidade*. São Paulo: D'Escrever, 2009.

SELVATICI, Mônica. *Os judeus helenistas e a primeira expansão cristã: questões de narrativa, visibilidade histórica e etnicidade no livro dos Atos dos Apóstolos*. 2006. Tese (Doutorado em História)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SENA, N. V. A definição de identidades etnoreligiosas no Alto Império: Josefo e a estigmatização dos judeus alexandrinos. *Cadernos de História*, Mariana, vol. IX. Ano VI, n.1, p. 9-22, 2012.

SILVA, G.V. Humanismo e tolerância religiosa: é possível aprendermos com os romanos?. In: SILVA, G.V. (Org). *Conflito cultural e intolerância religiosa no Império Romano*. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2008.

SHERWIN-WHITE, A.N. O Imperialismo Romano. In: BALSDON, J.P.V. (Org). *O mundo romano*. Trad. Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 80-102.